


**TURISMO, INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O PAPEL DOS
MUNICÍPIOS DA AMESNE**

**TOURISM, INCLUDING AND SOCIAL RESPONSIBILITY: THE ROLE OF
AMESNE MUNICIPALITIES**

**TURISMO, INCLUSIÓN Y RESPONSABILIDAD SOCIAL: EL PAPEL DE LOS
MUNICIPIOS DE AMESNE**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-015>

Data de submissão: 03/11/2025

Data de publicação: 03/12/2025

Henrique Schiochet Sottoriva

Mestrando em Turismo e Hospitalidade
Instituição: Universidade de Caxias do Sul
E-mail: henriqueschiochet@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9776-5944>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0084302335388825>

Jéssica Talia Barcelos

Mestranda em Turismo e Hospitalidade
Instituição: Universidade de Caxias do Sul
E-mail: jessica.taliabarcelos@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8745-6071>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4497325002607256>

Vera Lúcia Steiner

Pós-doutora em Direito
Instituição: Universidade de Caxias do Sul
E-mail: vlsteine@ucs.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1982-0730>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1817048552645934>

RESUMO

O artigo investiga de que forma os municípios da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (AMESNE) podem articular o turismo e a assistência social para reduzir desigualdades territoriais e promover a inclusão produtiva. A questão-problema central busca compreender como o turismo pode ser estruturado como ferramenta de transformação social, indo além do viés econômico para consolidar-se como política pública intersetorial. O objetivo geral é analisar o papel dos municípios da AMESNE na integração entre turismo, responsabilidade social e políticas de assistência, visando o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo. Os objetivos específicos envolvem: (i) traçar um panorama socioeconômico dos municípios da região; (ii) mapear a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua interação com políticas turísticas; (iii) identificar iniciativas locais de turismo social e de base comunitária; e (iv) propor estratégias para fortalecer a inclusão produtiva via turismo. A metodologia adotada é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Foram utilizadas técnicas de análise documental e levantamento estatístico, com base em dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Único (CadÚnico), Programa Bolsa Família,

relatórios oficiais da AMESNE e do SUAS, além de documentos normativos nacionais e estaduais. O tratamento dos dados envolveu análise de conteúdo (BARDIN, 2016) aplicada a planos e legislações, estatística descritiva para evidenciar desigualdades sociais e análise espacial por meio de georreferenciamento (QGIS e ArcGIS) para mapear famílias vulneráveis e estruturas de proteção social. A triangulação metodológica (FLICK, 2018) foi empregada para integrar dados qualitativos e quantitativos, conferindo maior confiabilidade aos resultados. A revisão bibliográfica consistiu em análise das políticas públicas de turismo e assistência social. Os resultados evidenciam que, apesar do elevado potencial turístico e econômico da região, persistem desigualdades expressivas, destacadas pela concentração de famílias vulneráveis. As desigualdades ficaram evidentes pelos altos indicadores de PIB convivendo com vulnerabilidades sociais expressivas, destacadas pelo número de famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família. A estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), composta por 49 unidades do CRAS e 13 do CREAS, é apresentada como base para ações territoriais de proteção social. Corroborando essa evidência percebeu-se que a presença estruturada do SUAS, associada a práticas de turismo de base comunitária, qualificação profissional e valorização cultural, fortalece a dimensão social do ESG, podendo reduzir dependências de transferências de renda, gerar oportunidades de trabalho e renda e fortalecer a coesão social. O estudo conclui que políticas integradas de turismo e assistência social têm potencial para transformar a AMESNE em referência de desenvolvimento regional justo, sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Turismo. Assistência Social. ESG. Políticas Públicas. AMESNE.

ABSTRACT

This article investigates how the municipalities of the Association of Municipalities of the Upper Northeast Slope (AMESNE) can articulate tourism and social assistance to reduce territorial inequalities and promote productive inclusion. The central research question seeks to understand how tourism can be structured as a tool for social transformation, going beyond the economic aspect to consolidate itself as an intersectoral public policy. The general objective is to analyze the role of the AMESNE municipalities in the integration between tourism, social responsibility, and assistance policies, aiming at sustainable and inclusive regional development. The specific objectives involve: (i) outlining a socioeconomic panorama of the municipalities in the region; (ii) mapping the structure of the Unified Social Assistance System (SUAS) and its interaction with tourism policies; (iii) identifying local initiatives in social and community-based tourism; and (iv) proposing strategies to strengthen productive inclusion through tourism. The methodology adopted is applied in nature, with a qualitative approach, of an exploratory and descriptive character. Documentary analysis and statistical survey techniques were used, based on secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Single Registry (CadÚnico), the Bolsa Família Program, official reports from AMESNE and SUAS, as well as national and state normative documents. Data processing involved content analysis (BARDIN, 2016) applied to plans and legislation, descriptive statistics to highlight social inequalities, and spatial analysis through georeferencing (QGIS and ArcGIS) to map vulnerable families and social protection structures. Methodological triangulation (FLICK, 2018) was employed to integrate qualitative and quantitative data, providing greater reliability to the results. The literature review consisted of an analysis of public policies on tourism and social assistance. The results show that, despite the high tourism and economic potential of the region, significant inequalities persist, highlighted by the concentration of vulnerable families. The inequalities became evident through high GDP indicators coexisting with significant social vulnerabilities, highlighted by the number of families registered in the Unified Registry and beneficiaries of the Bolsa Família Program. The structure of the Unified Social Assistance System (SUAS), composed of 49 CRAS units and 13 CREAS units, is presented as a basis for territorial social protection actions. Corroborating this evidence, it was observed that the structured presence of SUAS, associated with community-based

tourism practices, professional qualification, and cultural appreciation, strengthens the social dimension of ESG, potentially reducing dependence on income transfers, generating job and income opportunities, and strengthening social cohesion. The study concludes that integrated tourism and social assistance policies have the potential to transform AMESNE into a benchmark for fair, sustainable, and inclusive regional development.

Keywords: Tourism. Social Assistance. ESG. Public Policies. AMESNE.

RESUMEN

Este artículo investiga cómo los municipios de la Asociación de Municipios de la Alta Vertiente Noreste (AMESNE) pueden articular el turismo y la asistencia social para reducir las desigualdades territoriales y promover la inclusión productiva. La pregunta central de la investigación busca comprender cómo el turismo puede estructurarse como una herramienta de transformación social, trascendiendo el aspecto económico para consolidarse como una política pública intersectorial. El objetivo general es analizar el papel de los municipios de la AMESNE en la integración de las políticas de turismo, responsabilidad social y asistencia, con miras al desarrollo regional sostenible e inclusivo. Los objetivos específicos incluyen: (i) delinear un panorama socioeconómico de los municipios de la región; (ii) mapear la estructura del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) y su interacción con las políticas turísticas; (iii) identificar iniciativas locales de turismo social y comunitario; y (iv) proponer estrategias para fortalecer la inclusión productiva a través del turismo. La metodología adoptada es de naturaleza aplicada, con un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo. Se emplearon técnicas de análisis documental y de levantamiento estadístico, con base en datos secundarios del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Registro Único (CadÚnico), el Programa Bolsa Família, informes oficiales de AMESNE y SUAS, así como documentos normativos nacionales y estatales. El procesamiento de datos implicó análisis de contenido (BARDIN, 2016) aplicado a planes y legislación, estadística descriptiva para resaltar desigualdades sociales y análisis espacial mediante georreferenciación (QGIS y ArcGIS) para mapear familias vulnerables y estructuras de protección social. Se empleó triangulación metodológica (FLICK, 2018) para integrar datos cualitativos y cuantitativos, brindando mayor confiabilidad a los resultados. La revisión bibliográfica consistió en un análisis de políticas públicas en turismo y asistencia social. Los resultados muestran que, a pesar del alto potencial turístico y económico de la región, persisten desigualdades significativas, resaltadas por la concentración de familias vulnerables. Las desigualdades se hicieron evidentes a través de altos indicadores de PIB que coexisten con importantes vulnerabilidades sociales, resaltadas por el número de familias registradas en el Registro Único y beneficiarias del Programa Bolsa Família. La estructura del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), compuesto por 49 unidades CRAS y 13 unidades CREAS, se presenta como base para las acciones territoriales de protección social. Corroborando esta evidencia, se observó que la presencia estructurada del SUAS, asociada a prácticas de turismo comunitario, cualificación profesional y valoración cultural, fortalece la dimensión social de los ASG, reduciendo potencialmente la dependencia de las transferencias de ingresos, generando oportunidades de empleo e ingresos, y fortaleciendo la cohesión social. El estudio concluye que las políticas integradas de turismo y asistencia social tienen el potencial de convertir a AMESNE en un referente para el desarrollo regional justo, sostenible e inclusivo.

Palabras clave: Turismo. Asistencia Social. ASG. Políticas Públicas. AMESNE.

1 INTRODUÇÃO

A região da AMESNE (Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste) representa um dos polos mais importantes do Rio Grande do Sul em termos econômicos, culturais e turísticos. Composta por 37 municípios, essa região tem no turismo uma de suas principais atividades econômicas. No entanto, por trás das paisagens encantadoras e da pujança industrial, há desafios sociais que exigem uma abordagem integrada entre desenvolvimento econômico e responsabilidade institucional social (AMESNE, 2025).

Figura 1 - A região da AMESNE



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Tais desafios exigem uma abordagem intersetorial e integrada, que articule desenvolvimento econômico com inclusão social, equidade e justiça territorial, tendo como base o fortalecimento da Responsabilidade Institucional Social (BRASIL, 2025).

Culturalmente, a região reflete a rica diversidade da cultura sulista brasileira, marcada pela influência de imigrantes europeus — principalmente italianos, alemães e açorianos — bem como pelas contribuições dos povos indígenas e africanos, cuja presença, embora historicamente marginalizada, é fundamental para a formação da identidade regional. As festas típicas, os saberes gastronômicos, a religiosidade, a arquitetura e as expressões artísticas são elementos constitutivos do cotidiano local e se consolidam como importantes ativos turísticos e identitários. Essa multiplicidade cultural, além de atrair visitantes, fortalece os vínculos comunitários e pode ser mobilizada como um instrumento de

desenvolvimento territorial baseado na valorização das raízes e na promoção da cidadania cultural (AMESNE, 2025).

Contudo, apesar dos avanços econômicos e do destaque nos indicadores macroeconômicos, a região ainda enfrenta desigualdades internas expressivas. Municípios com elevado *PIB per capita* e alto índice de desenvolvimento humano coexistem com localidades que enfrentam restrições severas de acesso a direitos básicos, como habitação, renda, saneamento, saúde e educação (IBGE, 2025).

Em centros urbanos considerados polos de riqueza, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, convivem realidades de periferias vulnerabilizadas, com populações expostas a situações de pobreza, insegurança alimentar, violência doméstica e discriminação estrutural. Esse contraste revela a importância de construir um modelo de desenvolvimento que vá além do crescimento econômico e seja comprometido com a justiça social, a coesão territorial e o respeito às diversidades.

Nesse sentido, políticas públicas que integram as dimensões econômica, social, ambiental e cultural são indispensáveis para garantir um futuro mais equilibrado e inclusivo. O fortalecimento da rede de proteção social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a articulação com o turismo como ferramenta de inclusão produtiva e valorização dos territórios culturais são estratégias convergentes.

A implementação do Plano Rio Grande, por exemplo, com foco em investimentos estruturantes e qualificação do capital humano, aponta para uma visão de longo prazo que reconhece os impactos das mudanças climáticas, das desigualdades regionais e da necessidade de integração intergovernamental. A atuação conjunta entre governos municipais, estaduais, instituições acadêmicas e a sociedade civil é crucial para que as transformações propostas sejam efetivas e legítimas.

Além disso, o Plano Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (2020–2023) destaca a urgência de assegurar os direitos da população em situação de vulnerabilidade, enfatizando o papel do Estado na garantia do acesso à proteção social básica e especial, à renda, ao trabalho e ao convívio comunitário. Essa diretriz dialoga diretamente com os desafios enfrentados pelos municípios da AMESNE, onde a proteção social do território, combinada com estratégias de desenvolvimento endógeno — como o turismo de base comunitária, o turismo rural e o turismo cultural — pode ser determinante para a promoção da equidade e da autonomia social.

O fortalecimento do RI Social como ferramenta de gestão pública baseada em dados, evidências e pactuação intersetorial amplia as possibilidades de tomada de decisões mais sensíveis às desigualdades. Ele permite mapear vulnerabilidades, planejar políticas de forma articulada e valorizar os territórios não apenas como espaços de consumo turístico, mas como lugares de vida, memória e pertencimento (BRASIL, 2025).

Nesse norte o turismo, enquanto atividade econômica e social, tem se consolidado como um importante vetor para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento territorial sustentável.

A expansão do turismo social, que vai além do lazer e consumo, busca democratizar o acesso a experiências turísticas, garantindo que segmentos vulneráveis da população possam participar ativamente desse setor e usufruir dos seus benefícios. Essa perspectiva reafirma o turismo como um direito social, capaz de fortalecer vínculos comunitários, valorizar identidades culturais e fomentar a economia local.

No Brasil, políticas públicas recentes, como o Plano Nacional do Turismo (2024-2027), reforçam o compromisso com a democratização do acesso, a qualificação profissional e a inserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O fortalecimento de redes integradas entre turismo e assistência social é fundamental para que o setor contribua efetivamente para a redução das desigualdades regionais e a promoção da justiça social.

Além disso, a articulação entre o turismo e as políticas de proteção social possibilita a construção de ambientes turísticos inclusivos, que respeitam a diversidade cultural, étnica, geracional e de gênero das comunidades locais. Essa integração potencializa o desenvolvimento de roteiros e atividades turísticas que valorizam saberes tradicionais e promovem a participação comunitária, ampliando oportunidades econômicas e o sentimento de pertencimento.

Portanto, ao se pensar no turismo como instrumento de inclusão produtiva e social, é necessário superar a visão fragmentada das políticas públicas, construindo estratégias integradas e intersetoriais. Esse enfoque ampliado contribui para que o turismo deixe de ser apenas um mecanismo de geração de receita para se tornar um espaço de efetivação de direitos, cidadania e desenvolvimento humano.

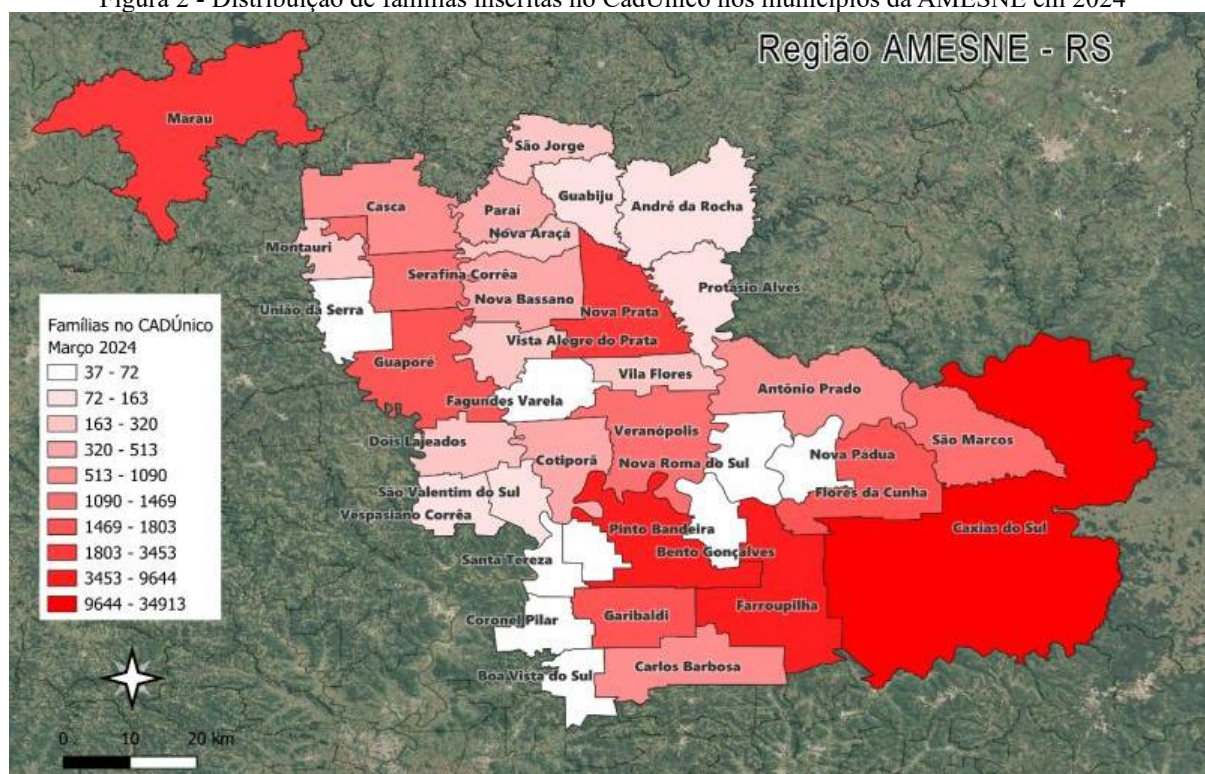
Em resumo, a região da AMESNE é um território multifacetado, de grande relevância econômica e cultural, cujo potencial turístico deve ser compreendido como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável. Para que esse desenvolvimento alcance todos os segmentos da população, especialmente os mais vulneráveis, é fundamental adotar uma abordagem integrada que una crescimento econômico, responsabilidade social, valorização cultural e inclusão territorial.

Assim, o desafio está em construir políticas públicas que não apenas impulsionem a economia, mas que também fortaleçam a cidadania, a equidade e o bem-estar coletivo, tornando a AMESNE uma referência não só de prosperidade, mas de justiça social e coesão regional.

2 PANORAMA SOCIOECONÔMICO DA AMESNE

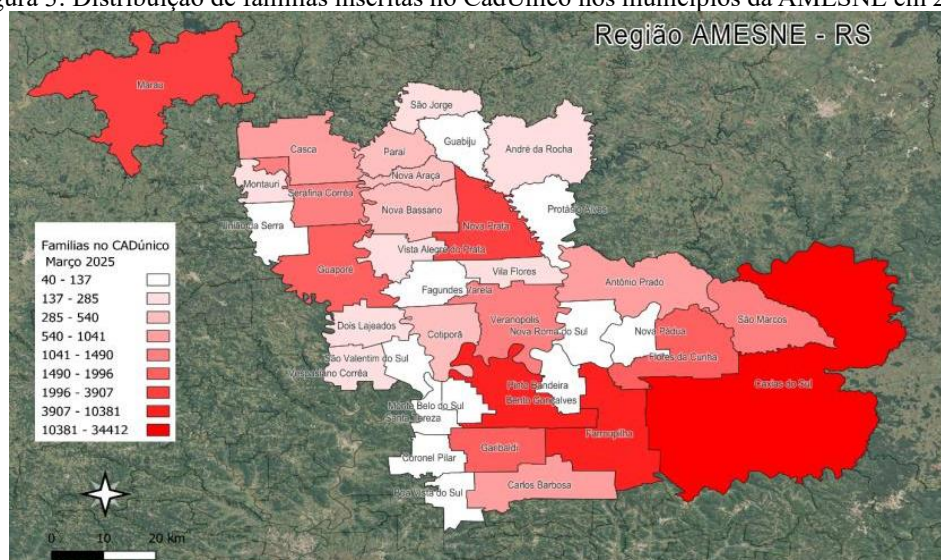
Embora a região apresente altos indicadores de desenvolvimento, muitos dos seus municípios têm significativa parcela da população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e beneficiários do Programa Bolsa Família, refletindo desigualdades territoriais internas (BRASIL, 2025).

Figura 2 - Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico nos municípios da AMESNE em 2024



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Figura 3: Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico nos municípios da AMESNE em 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No período compreendido entre março de 2024 e março de 2025, a região AMESNE apresentou, em geral, um aumento no número de famílias inscritas no Cadastro Único. Esse crescimento reflete tanto a ampliação do alcance das políticas públicas quanto um possível aumento da vulnerabilidade socioeconômica em vários municípios.

Municípios como André da Rocha e Bento Gonçalves registraram aumentos expressivos nas famílias cadastradas, passando de 147 para 215 e de 9.644 para 10.381, respectivamente. Esse incremento indica uma maior procura por inclusão social e acesso a programas governamentais que atendem às famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema. Outros municípios, como Farroupilha e Marau, também apresentaram crescimento relevante, com Farroupilha passando de 6.250 para 6.798 famílias cadastradas e Marau de 3.453 para 3.907. Esse movimento sugere que essas localidades podem estar ampliando a cobertura das políticas sociais ou enfrentando desafios econômicos que impulsionam a inscrição de famílias no sistema (Brasil, 2025).

Por outro lado, há municípios que apresentaram pequenas variações ou até ligeira redução no número de famílias inscritas, o que pode estar relacionado a processos de atualização cadastral, melhoria nas condições socioeconômicas ou outros fatores locais.

No conjunto da região, o aumento no número de inscritos no Cadastro Único aponta para uma demanda crescente por programas sociais e a importância da manutenção e ampliação dessas políticas para garantir a inclusão e o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade.

3 RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL/SOCIAL E A INCLUSÃO TERRITORIAL

O Programa Bolsa Família representa um importante mecanismo do RI Social para a promoção da inclusão territorial e o enfrentamento da pobreza na região AMESNE. Entre março de 2024 e março de 2025, observa-se uma tendência geral de diminuição no número de famílias beneficiadas em vários municípios, o que pode refletir tanto avanços socioeconômicos quanto ajustes cadastrais no programa.

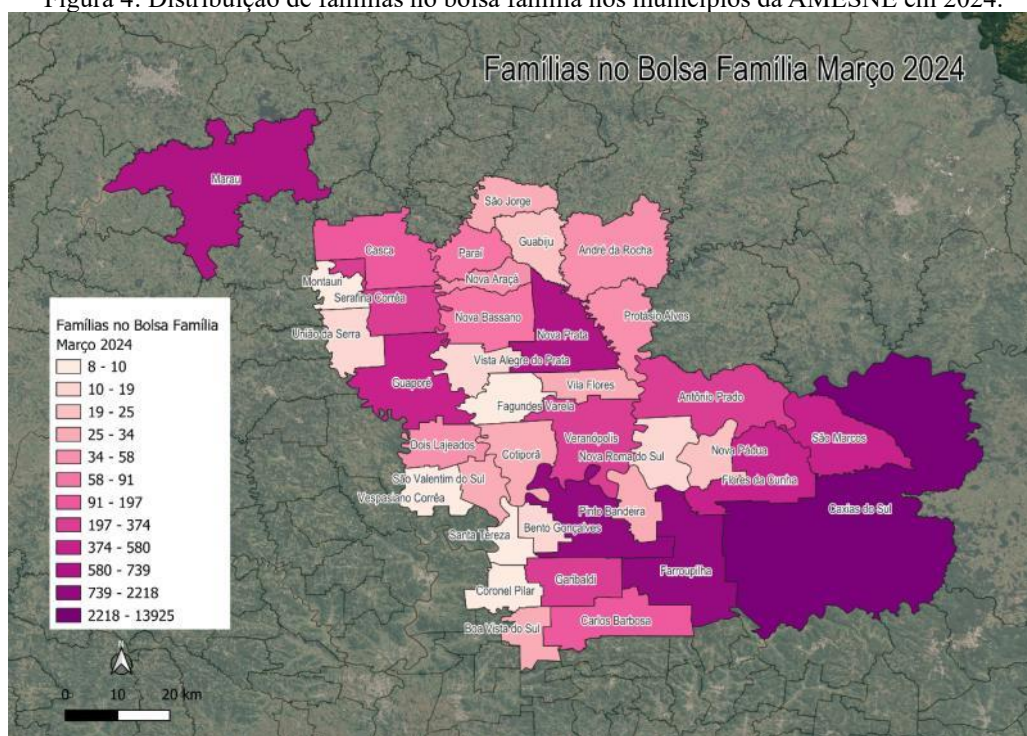
Por exemplo, no município de Bento Gonçalves, o número de famílias no Bolsa Família reduziu de 1.913 para 1.738, e em Farroupilha, a diminuição foi de 2.315 para 2.218 famílias. Essa queda também foi acompanhada pela redução no número total de pessoas beneficiadas — Bento Gonçalves passou de 5.344 para 4.829 pessoas e Farroupilha de 6.248 para 5.902 pessoas (IBGE, 2025).

No entanto, há exceções relevantes, como o município de Marau, que apresentou um crescimento expressivo nas famílias beneficiadas, passando de 650 para 1.118, e aumento de pessoas atendidas de 2.670 para 3.109, refletindo uma ampliação da cobertura do programa nesta localidade. Guaporé também registrou crescimento no número de famílias beneficiadas, de 580 para 654, e

peças assistidas, de 1.588 para 1.722. Em termos financeiros, o valor mensal repassado pelo Bolsa Família acompanhou as variações nos beneficiários, com uma redução geral em grande parte dos municípios, porém com aumentos pontuais onde houve crescimento na cobertura, como em Marau (de R\$ 626.958 para R\$ 729.592) e Guaporé (de R\$ 382.894 para R\$ 424.940) (IBGE, 2025).

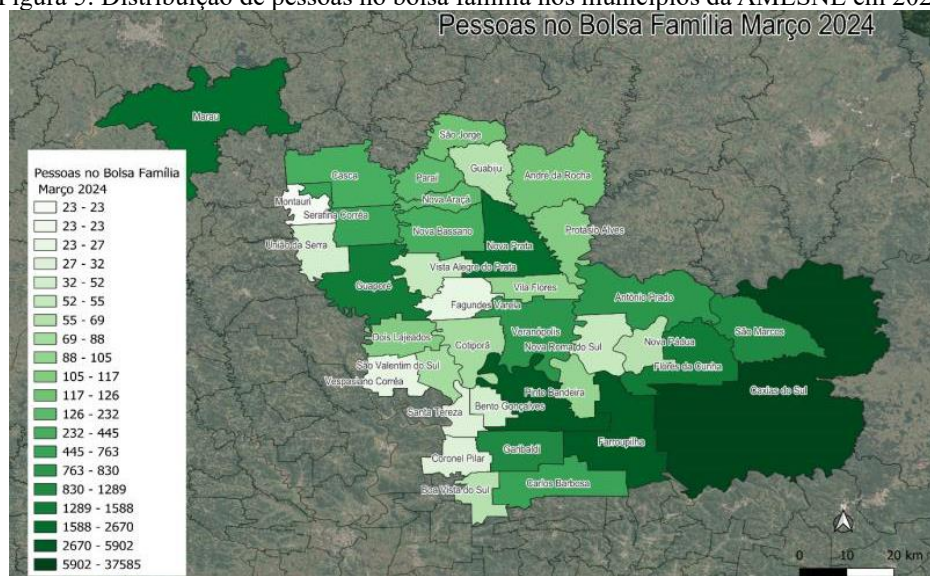
Conforme podemos acompanhar nas figuras abaixo:

Figura 4: Distribuição de famílias no bolsa família nos municípios da AMESNE em 2024.



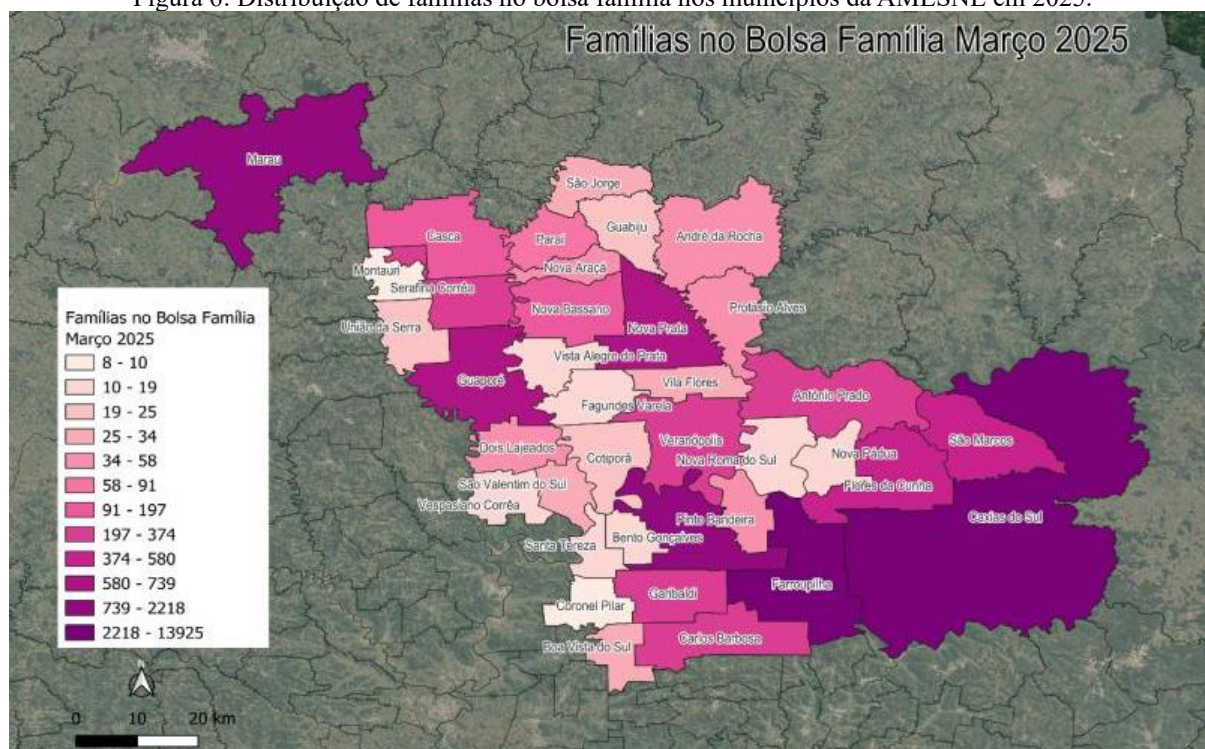
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 5: Distribuição de pessoas no bolsa família nos municípios da AMESNE em 2024.



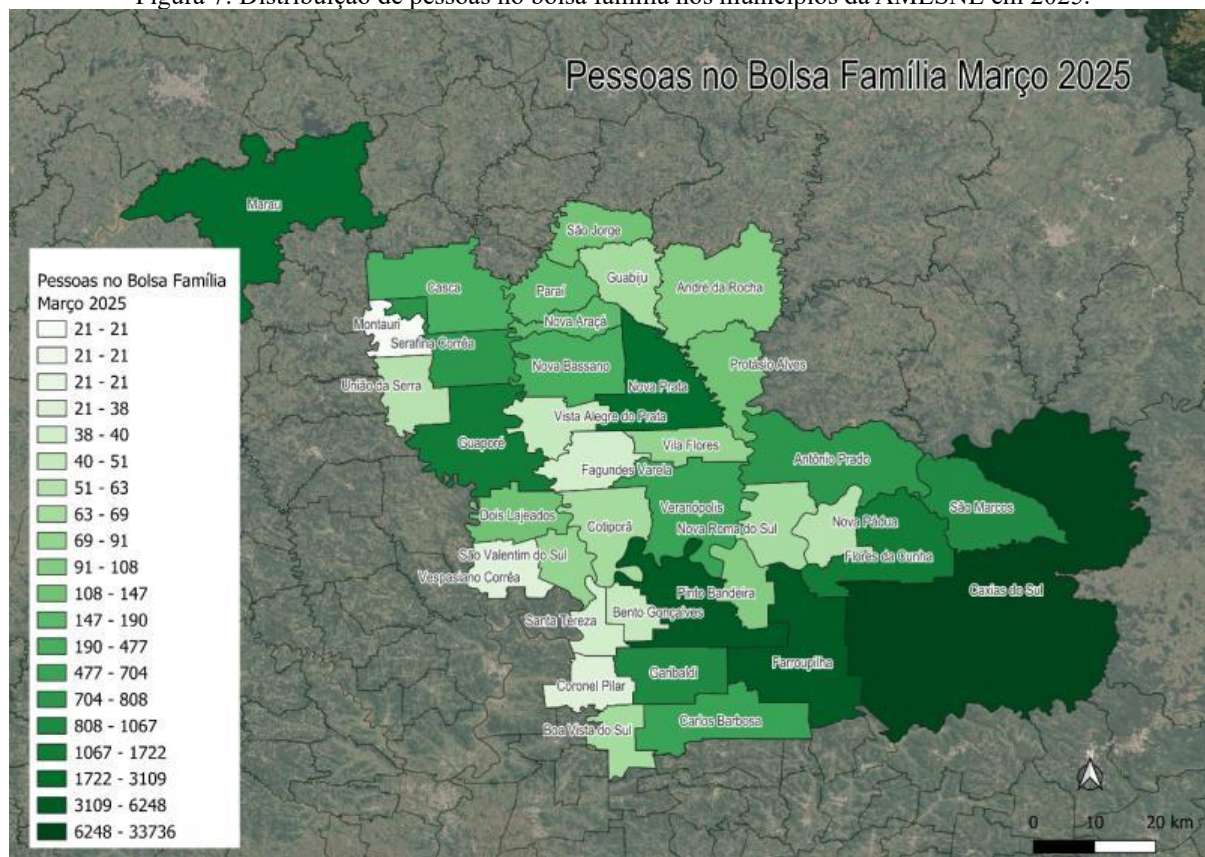
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 6: Distribuição de famílias no bolsa família nos municípios da AMESNE em 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 7: Distribuição de pessoas no bolsa família nos municípios da AMESNE em 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses movimentos refletem a dinâmica do RI Social na região, que busca ajustar os benefícios conforme a realidade socioeconômica local, promovendo a inclusão territorial ao garantir que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso contínuo a recursos essenciais para sua subsistência e desenvolvimento.

De modo que a análise dos valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família na região AMESNE entre março de 2024 e março de 2025 revela uma tendência de queda no volume total de recursos destinados ao programa em grande parte dos municípios. Essa redução acompanha, em muitos casos, a diminuição do número de famílias e pessoas beneficiadas, o que pode estar ligado a revisões cadastrais, melhoria das condições de renda de parte da população ou alterações nos critérios de elegibilidade (BRASIL, 2025).

Figura 8: Valores repassados do bolsa família nos municípios da AMESNE em 2024.

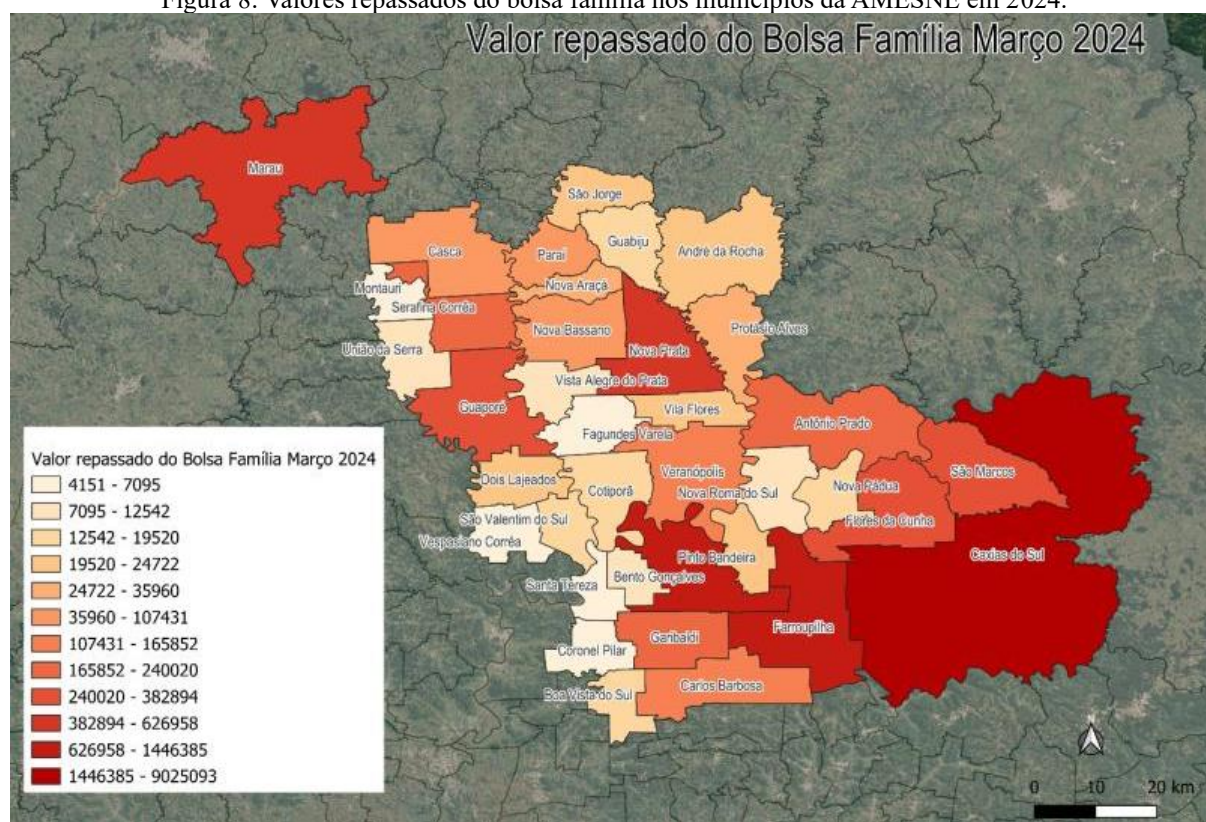
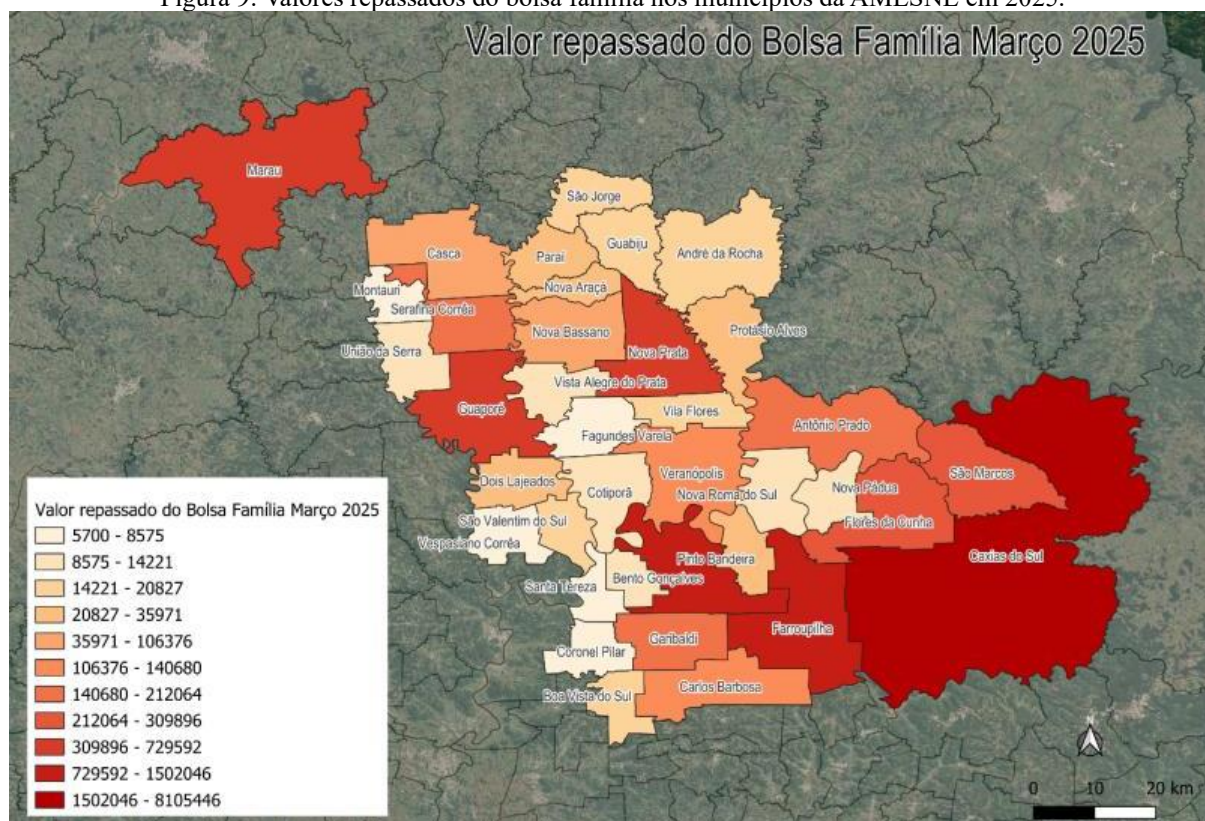


Figura 9: Valores repassados do bolsa família nos municípios da AMESNE em 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Podemos ver que o município de Caxias do Sul, por exemplo, apresentou uma queda significativa no valor repassado, passando de R\$ 9.025.093,00 em março de 2024 para R\$ 8.105.446,00 em março de 2025. Situação semelhante ocorreu em Bento Gonçalves, com redução de R\$ 1.221.695,00 para R\$ 1.067.796,00, e em Veranópolis, que passou de R\$ 165.852,00 para R\$ 140.680,00.

Por outro lado, alguns municípios registraram aumento no repasse de recursos, destacando-se Marau, que recebeu R\$ 729.592,00 em 2025, frente a R\$ 626.958,00 em 2024 — reflexo direto do aumento do número de famílias e pessoas atendidas no município. Guaporé também teve incremento, com repasse de R\$ 424.940,00 em 2025, ante R\$ 382.894,00 no ano anterior. Em casos menores, o crescimento foi mais discreto, como em Cotiporã (de R\$ 17.751,00 para R\$ 13.420,00), ou Protásio Alves (de R\$ 28.018,00 para R\$ 29.124,00). Tais variações indicam movimentações específicas e localizadas no perfil das famílias beneficiadas, bem como na cobertura territorial do programa (Brasil, 2025).

Esses dados reforçam o papel do Bolsa Família como política pública dinâmica e adaptável, ajustando-se às realidades socioeconômicas dos territórios. Além disso, mostram como o monitoramento regionalizado dos repasses financeiros permite ao RI Social identificar tendências,

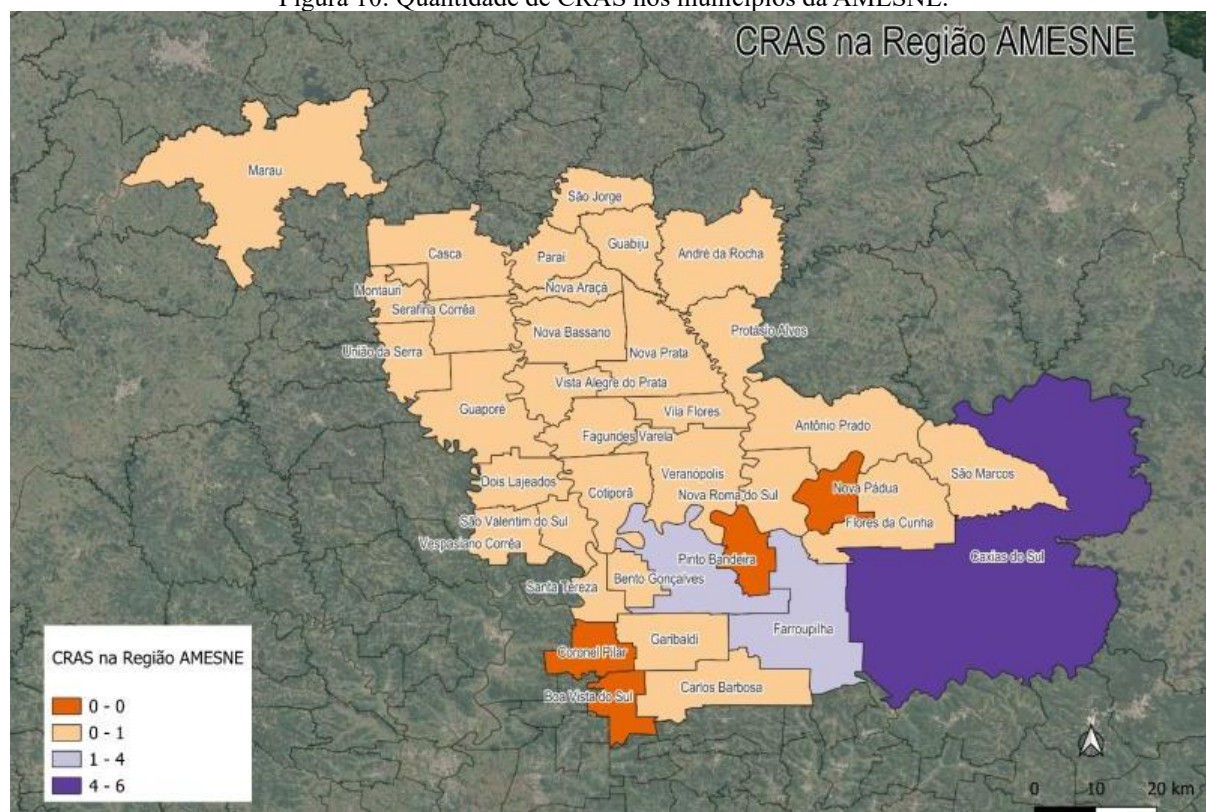
corrigir distorções e garantir que os recursos cheguem, com eficiência, às famílias que mais necessitam.

A implementação de práticas de Responsabilidade Institucional Social nos municípios da AMESNE passa por reconhecer essas desigualdades e agir com estratégias locais que articulem políticas públicas, turismo e inclusão social. Incentivar o empreendedorismo comunitário, o turismo de base local e o aproveitamento de saberes tradicionais são caminhos possíveis.

Em 2025, a região AMESNE conta com um total de 49 unidades do CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) distribuídas entre os municípios, além de 13 unidades do CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social). Esses equipamentos representam a estrutura fundamental da política de assistência social, sendo responsáveis por garantir o acesso das populações vulneráveis a serviços, programas e benefícios sociais.

A presença de CRAS em todos os municípios da região demonstra o compromisso com a proteção social básica e a capilarização do atendimento. Municípios com maior porte populacional, como Caxias do Sul, contam com até 6 unidades, o que reforça a articulação entre volume de demanda e estrutura instalada. Já municípios menores, como André da Rocha, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar, Santa Tereza e outros, possuem 1 unidade, assegurando cobertura mínima territorial.

Figura 10: Quantidade de CRAS nos municípios da AMESNE.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 11: Quantidade de CREAS nos municípios da AMESNE.



Dessa forma, os dados de 2025 evidenciam que a região AMESNE possui uma estrutura consolidada de atendimento socioassistencial, com a presença de CRAS em todos os municípios e CREAS em 13 deles. Essa distribuição demonstra o compromisso regional com a garantia de acesso às políticas públicas de assistência social, respeitando as diferentes realidades locais. A articulação entre os municípios e a manutenção desses equipamentos fortalecem o SUAS e reafirmam o RI Social

como instrumento efetivo de inclusão e organização territorial na promoção dos direitos sociais (RIBEIRO, 2024).

Mais do que um aparato institucional, essa rede representa um compromisso concreto com a justiça social e com a democratização do acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e lazer. A presença capilar dos CRAS e CREAS contribui para que o atendimento seja realizado de forma descentralizada e próxima à realidade das comunidades, respeitando os princípios da equidade, da participação cidadã e da intersetorialidade. Essa lógica territorializada de atuação está alinhada ao modelo do SUAS, que organiza os serviços por níveis de proteção social (básica, média e alta complexidade), sendo a família e o território os eixos estruturantes das ações.

Além disso, o fortalecimento do SUAS na AMESNE também permite pensar a inclusão sob uma perspectiva ampliada, que vai além da assistência emergencial e abarca ações de desenvolvimento humano, fortalecimento de vínculos comunitários e promoção da autonomia das famílias. Um exemplo disso são os serviços ofertados no âmbito do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), que não apenas prestam atendimentos, mas criam oportunidades concretas para que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social se tornem protagonistas de seus projetos de vida.

Nesse contexto, é preciso destacar o papel do turismo como política pública que pode dialogar com a assistência social e ampliar seus efeitos de inclusão. A articulação entre o SUAS e o turismo, embora ainda incipiente em muitos territórios, representa uma oportunidade estratégica de fortalecimento das capacidades locais, geração de renda e promoção do pertencimento cultural. O turismo social — compreendido como prática de lazer acessível, de valorização da cultura local e de mobilização comunitária — surge como uma ferramenta potente de integração entre o desenvolvimento econômico e a justiça social.

Experiências como as desenvolvidas no município de Antônio Prado – RS, por exemplo, demonstram que é possível articular ações de capacitação profissional com as demandas do setor turístico, como os cursos de camareira, garçom, gastronomia e atendimento, promovidos por meio de parcerias entre a assistência social, o sistema S e o poder público estadual. Essas iniciativas, ao mesmo tempo em que fomentam a qualificação da mão de obra local, contribuem para a redução da dependência de programas de transferência de renda, promovendo a autonomia dos sujeitos e sua inserção produtiva no território.

No entanto, é necessário avançar na construção de uma política pública de turismo que vá além da lógica instrumental de preparação da mão de obra para o mercado. A inclusão social por meio do turismo não deve se restringir à dimensão econômica, mas sim abranger o direito à vivência turística,

à mobilidade, ao lazer, ao acesso a patrimônios naturais e culturais, e à participação comunitária nas decisões sobre o uso e o desenvolvimento dos territórios.

Para tanto, torna-se fundamental investir na educação para o turismo com enfoque social, promovendo ações formativas nas escolas, nos CRAS e nas comunidades sobre os direitos sociais, a função do turismo e o papel das populações locais na construção da identidade turística da região. O turismo deve ser compreendido como uma política pública intersetorial, capaz de dialogar com as políticas de assistência, cultura, juventude, economia solidária e meio ambiente.

Ainda, práticas como o turismo de base comunitária e o turismo solidário podem ser estimuladas como estratégias de protagonismo local e inclusão produtiva. Essas modalidades valorizam saberes tradicionais, fortalecem vínculos comunitários e promovem a circulação da economia dentro dos próprios territórios, com respeito à diversidade étnica, geracional, cultural e de gênero.

Por fim, o fortalecimento da rede socioassistencial na AMESNE, aliado a uma concepção ampliada de inclusão social que integra o turismo, reafirma o compromisso da região com um modelo de desenvolvimento humano integral, no qual as pessoas são reconhecidas em sua dignidade, diversidade e potencial criativo. O RI Social, nesse sentido, deixa de ser apenas um sistema de registro e passa a ser um instrumento de organização territorial, de justiça social e de planejamento estratégico regional, que pode — e deve — incorporar dimensões culturais, turísticas e comunitárias em suas ações.

4 TURISMO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

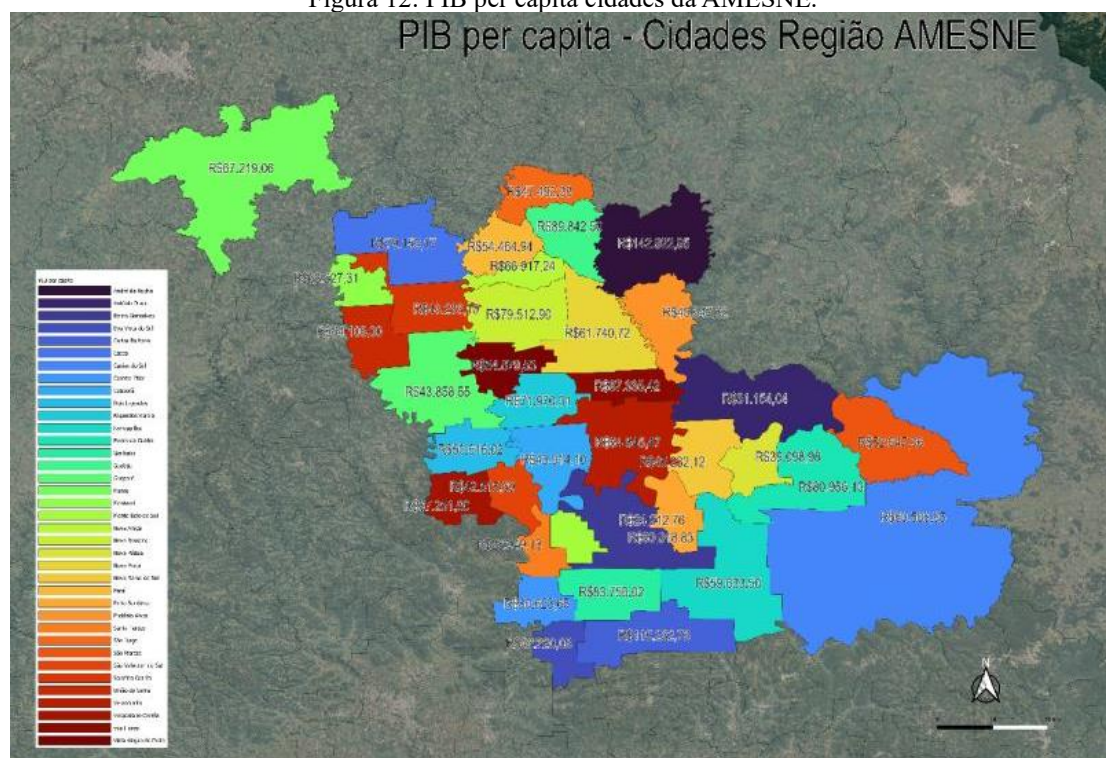
O turismo pode se consolidar como um importante vetor de inclusão produtiva na região da AMESNE ao valorizar a identidade local, o patrimônio cultural e a diversidade territorial dos municípios. Ao integrar práticas como o artesanato, a agricultura familiar, o turismo rural e o étnico-cultural, o setor contribui para dinamizar economias locais e gerar oportunidades de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Segundo apontam Font e Lynes (2018), as práticas sociais responsáveis são fundamentais no contexto do turismo sustentável, sendo a inclusão e o bem-estar das comunidades locais fatores decisivos para seu êxito duradouro. Os autores defendem que é necessário que as empresas do setor turístico se envolvam com as comunidades onde atuam, proporcionando empregos, fomentando o desenvolvimento econômico e valorizando a cultura local. Complementando Steiner (2024) menciona que esse tipo de ação contribui tanto para a elevação da qualidade de vida nas comunidades envolvidas quanto para o fortalecimento da imagem da marca e o aumento da lealdade do público.

A análise dos dados da região demonstra a coexistência de realidades socioeconômicas diversas. Municípios com forte predominância rural, como Boa Vista do Sul (83% rural), Coronel Pilar (88%), Pinto Bandeira (70%), Monte Belo do Sul (69%) e Vista Alegre do Prata (66%), possuem grande potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária e rural. Nessas localidades, o turismo pode agregar valor às produções da agricultura familiar e aos saberes tradicionais, fortalecendo as economias locais.

Ao mesmo tempo, os dados do PIB per capita de 2021 revelam desigualdades econômicas importantes. Enquanto André da Rocha apresenta um alto PIB per capita de R\$ 142.922,95, municípios como Pinto Bandeira (R\$ 24.212,76), Santa Tereza (R\$ 28.949,13) e Coronel Pilar (R\$ 30.623,65) possuem rendas bem mais baixas, indicando menor dinamismo econômico e maior dependência de políticas públicas para garantia de renda.

Nessas regiões, o número de famílias cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família reforça esse quadro de vulnerabilidade. Por exemplo, Guaporé, com PIB per capita de R\$ 43.858,55, conta com 1.996 famílias no Cadastro Único e 654 no Bolsa Família, recebendo repasses mensais de R\$ 424.940,00. Marau, com PIB per capita de R\$ 67.219,06, possui 3.907 famílias cadastradas e 1.118 beneficiadas pelo Bolsa Família, totalizando R\$ 729.592,00 em transferências mensais.

Figura 12: PIB per capita cidades da AMESNE.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esse cenário evidencia o potencial do turismo como alternativa de inclusão produtiva para famílias em situação de vulnerabilidade social. Quando articulado de forma estratégica com as políticas públicas já existentes, o turismo pode deixar de ser apenas uma atividade voltada ao consumo e ao lazer para assumir o papel de ferramenta de transformação social, fortalecimento comunitário e dinamização econômica dos territórios.

O fortalecimento de roteiros turísticos que integrem a produção artesanal, a culinária típica, a visitação a propriedades rurais, o turismo de memória e a valorização das manifestações culturais locais representa uma oportunidade concreta de geração de renda descentralizada e sustentável, respeitando as singularidades socioculturais da região. Esses roteiros não apenas atraem visitantes, mas também estimulam o sentimento de pertencimento da população local, resgatando e valorizando identidades historicamente invisibilizadas (SALAMON; SOTTORIVA, 2025).

Nesse processo, a rede de proteção socioassistencial existente na região da AMESNE — com seus 49 CRAS e 13 CREAS — torna-se uma aliada fundamental na construção de um turismo com responsabilidade social. A infraestrutura já instalada, baseada em uma lógica territorializada e participativa, pode ser mobilizada para oferecer suporte às famílias, fomentar a qualificação profissional, promover oficinas de educação para o turismo e incentivar práticas de empreendedorismo solidário e cooperativado. O SUAS, ao ter como foco a família e o território, compartilha com o turismo social a preocupação com a equidade, a dignidade e a justiça social.

A articulação entre os equipamentos da assistência social e as iniciativas do turismo também favorece a inclusão de públicos historicamente excluídos das vivências turísticas — como idosos, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência e jovens em situação de vulnerabilidade —, promovendo o acesso ao direito ao lazer, à mobilidade e à fruição cultural. Através de ações como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), é possível desenvolver oficinas de artesanato, gastronomia e história oral, que se tornam produtos e experiências turísticas com identidade local.

Além disso, programas de capacitação — como os já realizados em municípios como Antônio Prado, com cursos voltados ao setor de hospitalidade, gastronomia e turismo cultural — demonstram que a inclusão produtiva pode ser planejada de forma sensível ao território e às suas demandas, promovendo oportunidades reais de trabalho e renda a partir das potencialidades locais. Essa abordagem evita a simples instrumentalização da população vulnerável para suprir lacunas do mercado, colocando-a no centro das decisões e da construção coletiva dos projetos de desenvolvimento (SALAMON; SOTTORIVA, 2025).

Assim, ao articular políticas públicas, identidade cultural, pertencimento territorial e dinamismo econômico, o turismo na AMESNE pode se consolidar como uma estratégia concreta e transformadora, capaz de fortalecer a economia local, ampliar a inclusão social, estimular a organização comunitária e contribuir para o desenvolvimento regional com justiça, sustentabilidade e dignidade. Para isso, é essencial compreender o turismo não apenas como um setor econômico, mas como um direito, uma política pública intersetorial e um instrumento de construção cidadã (VILELA; COSTA, 2020).

Mais do que uma atividade voltada ao visitante, o turismo pode — e deve — ser uma experiência vivida por quem reside nos territórios. Um turismo que promova trocas culturais, fortaleça vínculos familiares e comunitários, incentive a convivência intergeracional e valorize saberes tradicionais, se configura como uma verdadeira política de inclusão e desenvolvimento humano. Em suma, o turismo, quando articulado com o SUAS e comprometido com os princípios da equidade, participação e corresponsabilidade, pode ser um vetor fundamental na construção de uma AMESNE mais justa, inclusiva e resiliente.

5 METODOLOGIA

5.1 ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

Este estudo insere-se no paradigma qualitativo-interpretativo, com abordagem fenomenológica, considerando que busca compreender a articulação entre turismo, políticas de assistência social e inclusão produtiva a partir de percepções sociais e dados institucionais. A perspectiva adotada é dialética, permitindo examinar contradições entre desenvolvimento econômico e desigualdades territoriais (MINAYO, 2017).

A pesquisa ancora-se na concepção de políticas públicas como processos dinâmicos e intersetoriais, influenciados por múltiplos atores e fatores socioeconômicos (BALI et.al., 2021). O referencial de Responsabilidade Social e ESG serve como matriz teórica para análise da integração entre turismo e assistência social, considerando suas dimensões ambientais, sociais e de governança (STEINER, 2024).

5.2 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é de natureza aplicada, voltada a produzir conhecimento direcionado à solução de problemas práticos nos municípios da AMESNE. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva, pois busca mapear fenômenos pouco investigados e caracterizar as interações entre turismo, SUAS e inclusão social.

A abordagem é qualitativa, privilegiando a compreensão dos significados atribuídos aos programas sociais e ao turismo pelos agentes públicos e comunidades envolvidas.

Complementarmente, emprega-se um levantamento documental e estatístico para quantificar aspectos da vulnerabilidade social, garantindo triangulação dos dados (YIN, 2021).

5.3 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

O estudo contempla os 37 municípios integrantes da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (AMESNE), no Rio Grande do Sul. A análise documental abrange o período de março de 2024 a março de 2025, compatível com a última atualização dos dados do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família e do PIB per capita municipal.

5.4 FONTES DE DADOS

As informações foram coletadas a partir de:

- Bases secundárias:
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025);
 - Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
 - Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 2025);
 - Relatórios da AMESNE (2025);
 - Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – dados de CRAS e CREAS.
- Documentos normativos e planos:
 - Plano Nacional do Turismo 2024–2027;
 - Portaria MTur nº 10/2025;
 - Plano Estadual de Assistência Social (2020–2023);
 - RI Social (instrumento regional de gestão social).
- Literatura científica:
 - Artigos e livros que tratam de políticas públicas de turismo, ESG e inclusão social (VILELA & COSTA, 2020; STEINER, 2024; FONT & LYNES, 2019).

5.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A coleta ocorreu em três etapas:

1. **Análise documental** dos planos e legislações federais, estaduais e municipais, identificando diretrizes para turismo e assistência social.

2. **Levantamento estatístico** de dados socioeconômicos (PIB, CadÚnico, Bolsa Família) para caracterizar desigualdades territoriais e mapear a vulnerabilidade social.
3. **Mapeamento territorial** por meio de georreferenciamento (softwares QGIS e ArcGIS), evidenciando distribuição de famílias vulneráveis, presença de CRAS/CREAS e potenciais eixos de integração turística.

5.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados foram tratados mediante:

- **Análise de conteúdo** (BARDIN, 2016) aplicada aos documentos e políticas públicas, identificando categorias temáticas: (i) turismo social; (ii) inclusão produtiva; (iii) governança intersetorial.
- **Análise estatística descritiva**, com cálculo de frequências, médias e variações percentuais, buscando evidenciar relações entre vulnerabilidade social e potencial turístico.
- **Análise espacial**, permitindo visualizar desigualdades territoriais por meio de mapas temáticos (CadÚnico, Bolsa Família, PIB per capita).

A triangulação entre dados documentais, estatísticos e teóricos garantiu maior validade e confiabilidade aos resultados (FLICK, 2018).

5.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Entre as limitações destacam-se: (i) dependência de dados secundários sujeitos a subnotificações; (ii) ausência de entrevistas com gestores municipais e beneficiários, que poderiam aprofundar percepções locais; (iii) restrição temporal da análise a um período de 12 meses, podendo não captar variações estruturais de longo prazo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão encontram-se entremeados ao texto, abaixo de cada mapa.

7 CONCLUSÃO

A atuação dos municípios da AMESNE deve ser orientada por uma visão sistêmica que articule o desenvolvimento econômico com a superação das desigualdades sociais, reconhecendo o turismo como um vetor estratégico para inclusão produtiva e fortalecimento da identidade local. Os dados apresentados evidenciam uma região marcada por profundas diversidades territoriais, econômicas e

sociais, que exigem respostas políticas calibradas e integradas, construídas a partir do reconhecimento das realidades locais e da escuta ativa das comunidades envolvidas.

O panorama socioeconômico revela municípios com níveis elevados de PIB per capita, como André da Rocha, que registra R\$ 142.922,95, ao lado de localidades com renda per capita significativamente menor, como Pinto Bandeira (R\$ 24.212,76) e Santa Tereza (R\$ 28.949,13). Essa disparidade econômica aponta para realidades distintas que coexistem na região, impondo a necessidade de políticas públicas adaptadas a cada contexto, seja ele predominantemente rural ou urbano. A desigualdade regional, se não enfrentada com políticas redistributivas, tende a acentuar a exclusão social e limitar as possibilidades de desenvolvimento sustentável e equitativo.

Além disso, a presença de populações vulneráveis é evidenciada pelos números de famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família. Municípios como Guaporé, com 1.996 famílias cadastradas e 654 beneficiárias do programa, e Marau, com 3.907 famílias inscritas e 1.118 contempladas pelo Bolsa Família, exemplificam a concentração de demandas sociais significativas.

Estes dados indicam a relevância do papel das políticas de transferência de renda e do acompanhamento social para a mitigação da pobreza na região, bem como a necessidade de estratégias de inclusão produtiva que rompam com o ciclo da dependência e promovam autonomia às famílias.

Neste contexto, a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se destaca como um alicerce essencial para a consolidação de políticas públicas de base territorial, participativa e humanizada.

A existência de 49 unidades de CRAS, presentes em todos os municípios da AMESNE, e 13 unidades de CREAS, localizadas prioritariamente em polos urbanos, assegura uma rede capilarizada de acolhimento, orientação e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. Essa infraestrutura não apenas atende às necessidades imediatas, como também funciona como plataforma para o desenvolvimento de capacidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e promoção de estratégias de superação das desigualdades estruturais.

O RI Social, ao proporcionar diretrizes para o planejamento territorial e a integração das políticas sociais com as iniciativas econômicas, emerge como um instrumento indispensável para a gestão pública moderna e eficaz.

Ao mapear e compreender a realidade local com profundidade, os gestores públicos podem formular ações mais precisas, orientadas para a criação de oportunidades reais, permanentes e sustentáveis. Nesse sentido, o turismo, enquanto atividade econômica, cultural e social, pode ser potencializado para além de sua função tradicional, assumindo um papel transformador na promoção da inclusão social e na dinamização dos territórios.

A valorização da identidade local, do artesanato, da agricultura familiar, do turismo rural e do turismo étnico-cultural são elementos que podem impulsionar o desenvolvimento regional com respeito à diversidade e à sustentabilidade. Integrados ao turismo, esses setores promovem a geração de renda para as famílias em maior vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que preservam saberes tradicionais, fortalecem o sentimento de pertencimento e resgatam a memória coletiva dos territórios. É nesse cenário que o turismo se configura como um instrumento transversal capaz de conectar cultura, economia e cidadania, contribuindo para a construção de um novo modelo de desenvolvimento regional.

Essa articulação entre turismo e inclusão produtiva não só contribui para a diversificação econômica dos municípios e para a redução da dependência de setores tradicionais, como também promove o fortalecimento do capital social e cultural das comunidades.

O envolvimento das famílias, especialmente daquelas inseridas nos serviços do SUAS, reforça a importância de políticas públicas que sejam planejadas e executadas com base em valores como justiça social, equidade, participação popular e corresponsabilidade. O turismo, nesse contexto, deixa de ser apenas um destino ou uma atividade de consumo, e passa a ser uma experiência de transformação social.

Além disso, ao se pensar o turismo como direito e não privilégio, amplia-se o seu alcance e sua função social, integrando-se de forma efetiva às estratégias de desenvolvimento humano.

A implementação de políticas de turismo social, a promoção da educação para e pelo turismo, e a criação de roteiros turísticos acessíveis e inclusivos representam caminhos promissores para garantir que as populações vulnerabilizadas também possam desfrutar dos bens simbólicos, culturais e naturais dos seus próprios territórios. Isso é especialmente relevante em uma região como a AMESNE, onde o patrimônio cultural, histórico e paisagístico é vasto, mas nem sempre acessível à própria população residente.

Por fim, a implementação de uma política pública que combine o desenvolvimento turístico com a superação da pobreza reafirma o compromisso da AMESNE com a promoção do desenvolvimento humano e social. Steiner (2024) corrobora ao afirmar que o setor de turismo dispõe de uma oportunidade singular para assumir a liderança nessa transformação, ao estabelecer um novo modelo de excelência em gestão empresarial que integre o êxito econômico à responsabilidade ambiental e social.

A consolidação do SUAS e do RI Social como instrumentos de gestão integrada e humanizada fortalece a construção de políticas públicas mais justas e sustentáveis, capazes de garantir que os benefícios do crescimento econômico alcancem todas as camadas da população, especialmente as

mais vulneráveis. Nesse processo, o turismo assume uma nova dimensão — não apenas como motor econômico, mas como expressão de cidadania, participação e justiça.

Dessa forma, a região da AMESNE encontra no turismo e na assistência social aliados estratégicos para a promoção da inclusão, da equidade e do desenvolvimento regional. Quando pensados em sinergia, esses dois campos ampliam seu alcance, fortalecem o tecido social e lançam as bases para um futuro mais próspero, igualitário e sustentável para todos os seus municípios, reafirmando o protagonismo das pessoas e comunidades na construção de seus próprios caminhos de transformação.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido para a realização desta pesquisa. Este trabalho é resultado do incentivo à produção científica e ao fortalecimento das políticas de turismo sustentável e inclusão social no Brasil, viabilizado pelo fomento à pesquisa e inovação proporcionado pelo CNPq.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE - AMESNE. *Institucional*, 2025. Disponível em: <http://www.amesne.com.br/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BALI, Azad Singh; HOWLETT, Michael; LEWIS, Jenny M.; RAMESH, M. Procedural policy tools in theory and practice. *Policy and Society*, v. 40, n. 3, p. 295–311, 2021. DOI: 10.1080/14494035.2021.1965379. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. reimpressão da 1. ed. de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portaria MTUR nº 10, de 14 de Maio de 2025*. Brasília, DF: MTUR, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2025/portaria-mtur-no-10-de-14-de-maio-de-2025>. Acesso em: 9 jul. 2025.

DAL-VALLE, Paulo Roberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 41, e49377, 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 jul. 2025.

FLICK, Uwe. *Doing Triangulation and Mixed Methods. Qualitative Research Kit*. London: SAGE Publications Ltd, 2018. 176 p. ISBN 978-1473912113.

FONT, Xavier; LYNES, Jennifer. *Corporate social responsibility in tourism and hospitality*. In: FONT, Xavier; LYNES, Jennifer (ed.). *Corporate Social Responsibility for Sustainable Tourism*. London: Routledge, 2019. Cap. “Corporate social responsibility in tourism and hospitality”, p. 1027–1042. DOI: 10.4324/9780429027383

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Institucional*. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1–12, abr. 2017.

RIBEIRO, Diego, *Desvendando as diferenças entre CREAS e CRAS*. 2024. Disponível em: <https://programasocialbrasil.com.br/desvendando-as-diferencas-entre-creas-e-cras/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SALAMON, Priscila; SOTTORIVA, Henrique Schiochet. Caminhos de Antônio Prado – RS: a trama entre o turismo e a assistência social. In: Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2025, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2025. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/index>. Acesso em: 20 jul. 2025.

STEINER, Vera Lúcia. Revolução sustentável: como a estratégia ESG está redefinindo a gestão de empreendimentos turísticos?. *Rosa dos Ventos -Turismo e Hospitalidade*, v. 16, n. 4, p.p. 706-722, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v16i4p722>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 115–132, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i1p115-132. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/147341..> Acesso em: 10 jul. 2025.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim (Métodos de pesquisa)*. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.